O caso Dreyfus, Émile Zola e a imprensa.

Cintia Rufino Franco da Silva[1]

Resumo: O caso Dreyfus foi um equívoco do judiciário francês culminando em um escândalo político, ocorrido na última década do século XIX. O oficial de artilharia do exército francês, de origem judaica, Alfred Dreyfus, foi acusado de vender segredos militares a um adido alemão, já que o pano de fundo se trata da Guerra Franco-Prussiana. Sua condenação pautou-se em documentos falsos e o escritor Emile Zola, redigiu uma carta aberta ao presidente francês, publicada no jornal parisiense *L'Aurore*, acusando o exército de ter condenado um inocente de maneira falsa e deliberada.

Palavras-Chave: antissemitismo, Dreyfus, imprensa, Emile Zola.

The Dreyfus case, Emile Zola and the press.

Abstract: The Dreyfus case was a misunderstanding of frence judiciary ending of a political scandal that occurred in the last decade of the century XIX. The artillery officer frence, of jewish, Alfred Dreyfus, was accused of selling military secrets to a German attache, as the background it comes to the Franco-Prussian War. Your conviction was based on false documents and the writer Emile Zola wrote an open letter to French President, published in the Paris newspaper *L'Aurore*, accusing the army of having convicted an innocent person falsely and deliberately.

Keyswords: antissemitism, Dreyfus, press, Emile Zola.

O presente artigo pretende discorrer sobre o escândalo político conhecido como caso Dreyfus (*Affaire Dreyfus*), ocorrido em fins do século XIX, durante a Guerra Franco Prussiana, onde França e Alemanha disputavam o território rico em minérios de carvão chamado Alsásia-Lorena, na fronteira de ambos os países.

Alfred Dreyfus, francês, judeu, oficial de artilharia do exército francês foi acusado, julgado e condenado pela corte marcial por alta traição: espionagem a favor da Alemanha. O veredicto foi unânime e o julgamento realizado a portas fechadas. "Foi

[1] Mestranda em História da Ciência pela UFABC. Especialista em História pela PUCSP. Pesquisadora dos grupos Integralismo e Outros Movimentos Nacionalistas – UFF/CNPq e Laboratório de Estudos e Pesquisas da Contemporaneidade – UFABC/CNPq. Editora chefe da Revista Hominum de Difusão Cultural. E-mail: cintiarufinofranco@gmail.com

condenado à demissão desonrosa, degradação militar e prisão perpétua na Ilha do Diabo, rude povoado onde a França instalara um presídio ao largo da costa escaldante da América do Sul" (SHIRER, 1969). Sua origem judaica, após a condenação, levantou na França, uma onda violenta de antissemitismo, que havia sido despertado pelo escândalo do Panamá e

> "convencera grande parte da população de que os judeus eram responsáveis não só pela chocante corrupção nos altos círculos políticos e financeiros, como também por traírem segredos militares em favor dos odiados alemães, solapando com isso a segurança da nação, que ainda sofria com a recuperação em seguida à derrota que lhe fora infligida pela Prússia em 1870." (SHIRER, 1969)

Entre 1880 e 1888, a Companhia do Panamá, sob direção de Ferdinand de Lesseps, que havia construído o Canal de Suez e levantou, na França, algo em torno de 1.335.538.454 francos em empréstimos particulares. O segredo do sucesso da companhia reside no fato de que seus vários empréstimos públicos eram apoiados pelo Parlamento.

Quando a companhia foi à falência, os mais prejudicados foram, sem dúvida, meio milhão de franceses da classe média. No entanto, a companhia já estava falida havia muitos anos. Lesseps, "para conseguir aprovação de novos empréstimos foi levado a subornar a imprensa, metade do Parlamento e todas as autoridades superiores" (ARENDT, 1989). Dessa forma, o que havia inspirado a confiança do público da imprensa, o apoio do Parlamento, tornou-se o fator que converteu um negócio particular em colossal falcatrua.

Entretanto, não havia judeus entre os membros do Parlamento subornados, nem na diretoria da companhia. "Contudo foram Jacques Reinach e Cornélius Herz, judeus, que disputavam a honra de distribuir propinas entre os membros da Câmara" (ARENDT, 1989). Quanto mais incerta era a situação da companhia, mais altas eram as comissões, até que, no fim, a própria companhia recebia apenas uma pequena parte dos fundos que lhe eram destinados.

Reinach, pouco antes de cometer suicídio, tomou uma providência cujas

conseqüências para a população judia francesa foram trágicas:

> havia fornecido ao Libre Parole, diário anti-semita, (...), uma lista de membros do Parlamento subornados (...), impondo como única condição que o jornal deveria protegê-lo pessoalmente quando publicasse a denúncia. (...). A lista dos culpados foi publicada em pequenas doses, de modo que centenas de políticos tinham de viver sob tensão, dia após dia. O jornal (...) e com ele toda a imprensa e movimentos anti-semitas, emergiu finalmente como força perigosa na Terceira República (ARENDT, 1989).

Dessa forma, o escândalo do Panamá trouxe consigo duas revelações: divulgou o fato dos membros do Parlamento e funcionários públicos haviam se tornado negociantes e que a máquina do Estado eram quase exclusivamente dos judeus. "Até o estabelecimento da Terceira República o manuseio das finanças do Estado tinha sido quase monopólio dos Rothschild" (ARENDT, 1989).

A influência política dos judeus, assim como sua condição social, resultavam do fato deles constituírem-se num grupo fechado, que trabalhava diretamente para o Estado, sendo protegidos por ele em virtude de serviços especiais que prestavam. "A ligação íntima e imediata com a máquina do governo só era possível enquanto o Estado permanecesse distanciado do povo e enquanto as classes dirigentes continuassem indiferentes a administrar o Estado" (ARENDT, 1989), princípio dos Estados-Nação, questão abordada no capítulo primeiro. Dessa forma, os judeus eram, do ponto de vista do Estado, o elemento mais digno de confiança, na sociedade, pois não pertenciam a ela, aliás a nenhuma classe, formavam, isto sim, uma categoria social.

Entretanto, o sistema parlamentar permitiu à burguesia liberal ganhar o controle da máquina estatal. Assim, o regime já não precisava dos judeus, já que agora era possível atingir, através do Parlamento, uma expansão financeira. As principais casas judias desapareceram do cenário da política financeira e outros círculos judeus, recém chegados, começavam a tomar parte crescente na vida comercial da Terceira República.

Assim, Hannah Arendt afirma que, Reinach e seus cúmplices serviram para proporcionar a uma sociedade decadente um álibi extremamente perigoso.

> Como eram judeus, tornava-se possível transformá-los em bodes expiatórios quando fosse mister aplacar a indignação do público (...) Os antissemitas podiam imediatamente apontar para os parasitas judeus de uma sociedade corrupta para "provar" que todos os judeus de toda parte não passavam de uma espécie de cupim que infestava o corpo do povo. (ARENDT, 1989).

Tal afirmação da autora nos remete à ideia de conspiração expressa por Raoul Girardet. O autor afirma que, quando a sociedade passa por um momento de crise, ela necessita imputar a culpa em alguém. Dessa forma,

> as inquietações, os desnorteamentos as incertezas e ao ressentimentos vêm cristalizar-se em torno da imagem maldita do judeu (...) onipresente, espoliador e conquistador (...). O mal que sofre [a sociedade] (...) ganhou uma forma, um rosto, um nome. Expulso do mistério, exposto em plena luz e ao olhar de todos, pode ser enfim denunciado, afrontado e desafiado (GIRARDET, 1987).

Dessa forma, os antissemitas, que se diziam patriotas, introduziram essa nova espécie de sentimento nacional, que consiste num completo encobertamento dos defeitos de um povo e na ampla condenação dos que a ele não pertencem.

> Em relação ao caso Dreyfus, de todo o volumoso dossiê da acusação, só foi exibido o chamado bordereau, que se tratava de uma carta, supostamente escrita por Dreyfus, endereçada ao adido militar alemão, Schwartzkoppen. (ARENDT, 1989).

Com base nas reflexões de William Shirer, pode-se afirmar que durante três anos, o departamento de contra espionagem havia suspeitado de que Schwartzkoppen, tinha no Estado Maior francês, um elemento de ligação que lhe fornecia informações militares secretas. Mapas e documentos que revelavam a natureza de novos explosivos desapareceram. Alguns elementos foram pegos e condenados. Entretanto, o departamento de contraespionagem estava sofrendo pressões do Estado-Maior para que descobrisse o traidor. O borderô só podia derivar de um oficial de dentro do Estado-Maior Geral, ou de alguém que nele tivesse um parceiro.

Foram examinadas algumas provas que implicavam os adidos militares alemães e italianos. Havia uma mensagem de Schwartzkoppen, dirigida a um auxiliar, que o instruía a pagar 300 francos ao "homem dos fortes do Mosa" ou a sua progenitora, por outros mapas da fronteira.

> Havia um memorando que se interceptara, de Schwartzkoppen a seu colega italiano, coronel Panizzardi, adido militar italiano (...) que dizia. "Em anexo encontra-se doze mapas detalhado de Nice que esse salafrário D... deixou comigo para serem-lhe entregues (SHIRER, 1969).

As suspeitas recaíram sobre um funcionário do Instituto Cartográfico chamado

Dubois, que tinha mãe viva, o que fez recair mais ainda sobre ele a suspeita de ser o traidor. Após as investigações, nada se pôde provar contra Dubois, pois como simples funcionário, não teria acesso às espécies de informações citadas no borderô. Assim, apenas alguém do Estado-Maior poderia ter conhecimento de tais fatos.

Como grande parte dos documentos dizia respeito à artilharia, deveria ser um oficial dessa arma e que também soubesse o que se passava em outros ramos das Forças Armadas. Dessa forma o traidor deveria ser alguém que havia sido nomeado para qualquer setor do Estado-Maior Geral, mas que trabalhasse temporariamente em todos eles.

> Assim o coronel Jean Sandherr, chefe da contraespionagem no segundo Bureau, percorreu a lista dos oficiais que se encontrava em experiência e cujo nome começasse com a letra D. Seus olhos caíram sobre o nome de Dreyfus (...). Era o judeu a cuja designação para exercer funções no Estado-Maior Geral somente ele tivera a previdência de opor-se. (SHIRER, 1969)

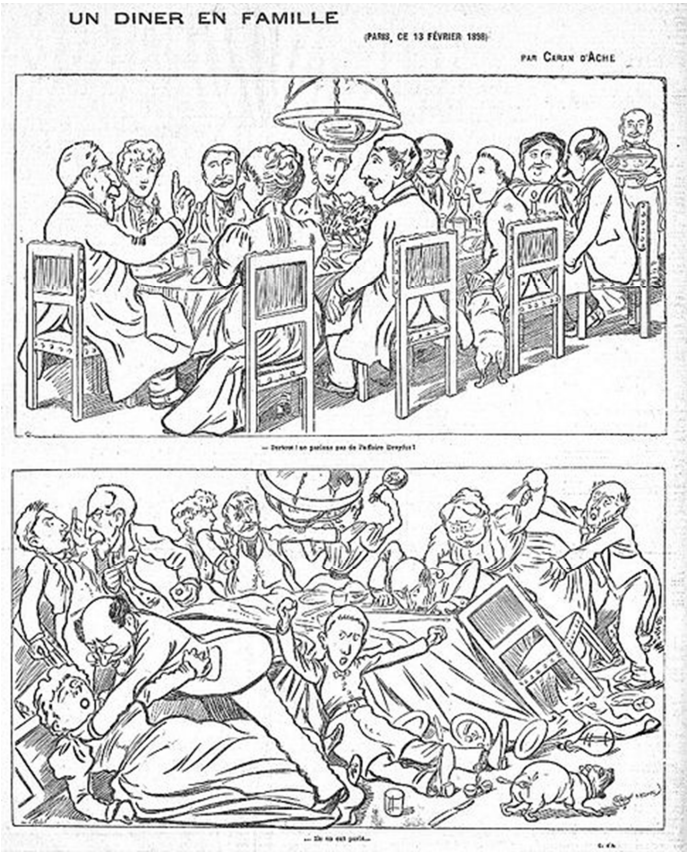
A primeira providência tomada foi a de comparar uma amostra da letra de Dreyfus com a do borderô. Foram chamados peritos que asseguraram a semelhança das letras. Com base apenas nisso, Dreyfus foi preso em 15 de outubro de 1894 sob suspeita de haver cometido alta traição. Depois foi julgado e condenado a prisão perpétua na Ilha do Diabo. “Mas acima de tudo a imprensa francesa (...) sustentava ser evidente a culpa de Dreyfus por ser judeu e porque o ‘judaísmo internacional’ estava conspirando para arruinar a França”. (SHIRER, 1969).

1.Degradação de Alfred Dreyfus, publicada no jornal parisiense *Le Petit Journal* em 13 de janeiro de 1895.

Zola teceu longa crítica à imprensa francesa. Acusou a baixa imprensa de fazer dinheiro publicando escândalos; os jornais populares de atiçar "paixões atrozes", de sustentar uma campanha de sectários, matando no povo francês**,** a generosidade e o

desejo de verdade e justiça; de obscurecer a consciência pública e transviar um povo inteiro, de usar a mentira, a difamação e a delação; à grande imprensa, séria e honesta, que assistiu a tudo com impassibilidade, indiferença, que registrou tanto a verdade como a mentira; e a imprensa "imunda", que continuou a defender um oficial francês que insultou o exército e "cuspiu sobre a nação". (Cf. ZOLA, s/d).

No que dizia respeito ao governo, ao exército e ao público em geral, o caso Dreyfus estava encerrado. Entretanto, algumas pessoas acreditavam na sua inocência e que, se houve traição, fora cometida por outro oficial. Até mesmo Georges Picquart estava duvidoso quanto ao caso. A França então se dividiu entre os *dreyfusards*, a favor da inocência de Dreyfus, e os *antidreyfusards*, que acreditavam na culpa de Dreyfus.



2. Caricatura publicada no jornal *Figaro* em 14 de fevereiro de 1898, que descreve a divisão da sociedade francesa acerca do caso Dreyfus. Diz: “Um jantar em família. Particularmente não falo sobre o caso Dreyfus ... Eles falam...”

Entretanto, em março de 1896, mais de um ano depois da degradação de Dreyfus, o serviço secreto francês interceptou uma carta do adido militar alemão, em Paris, a um oficial do exército francês, o major Ferdinand Walsin-Esterhazy. Dessa forma, Picquart mandou que fosse realizada uma investigação sobre Esterhazy: sua folha de serviço era excelente; mas sua vida particular um pouco divergente. O oficial era um jogador inveterado, vivia constantemente endividado. Estivera pleiteando um lugar no Serviço Secreto do Estado-Maior Geral e tinha um amigo nesse serviço, o

Major Henry, que estivera apoiando a tal solicitação.

Picquart

> meditando sobre o petit bleu achou que havia qualquer coisa de conhecido na letra. Foi examinar a documentação do caso Dreyfus (...) e destacou o bordereau. Preso de excitação, chamou alguns peritos. Chamou até o Major du Paty (...). Agora, o marquês [du Paty] tinha (...) certeza de que o autor fora Esterhazy (...). Os peritos concordaram com ele. (SHIRER, 1969).

Picquart convenceu-se de que Esterhazy era o autor do borderô e, portanto, o oficial que estivera vendendo segredos aos militares alemães. Dreyfus, por conseguinte, deveria ser inocente. Confiou suas conclusões ao general Charles Gonse e instou para que o Exército tomasse a iniciativa de reabrir o processo Dreyfus.

No entanto, o general Gonse não desejava comprometer, daquela maneira, o Exército. Então, Picquart foi designado para uma missão, afastando-o até a Tunísia. (Cf. ZOLA, s/d)

> O que Picquart veio a saber depois foi que o general Gonse ordenara que ele fosse servir na fronteira da Tunísia (...) e de onde, conforme testemunho prestado no tribunal mais tarde, alguns generais esperavam que o perigoso tenente-coronel não pudesse voltar vivo. (SHIRER, 1969).

Em 2 de abril de 1894, Picquart escreveu uma carta ao Presidente da República, expondo sua convicção de que Dreyfus era inocente e de que Esterhazy era o traidor, acrescentando que Dreyfus havia sido falsamente incriminado. Não colocou a carta no correio, mas dois meses depois a deixou com um amigo e advogado, Louis Leblois, com instruções para ser enviada ao Presidente, caso ele, Picquart morresse.

> Mais tarde, concordou que Leblois divulgasse o caso a certos membros idôneos do parlamento (...). Foi esse ato que acabou enfurecendo os generais e os outros anti-Dreyfusards, e do qual resultou a ignomínia e a prisão de Picquart e a suspensão de Leblois (...) pela Ordem dos Advogados da França. (SHIRER, 1969).

A verdade viera a público e começara a circular. Auguste Scheurer-Kestner, deu início à batalha pela revisão do processo. Em 16 de novembro de 1897, Mathieu Dreyfus (irmão de Alfred) denunciou publicamente Esterhazy como autor do borderô.

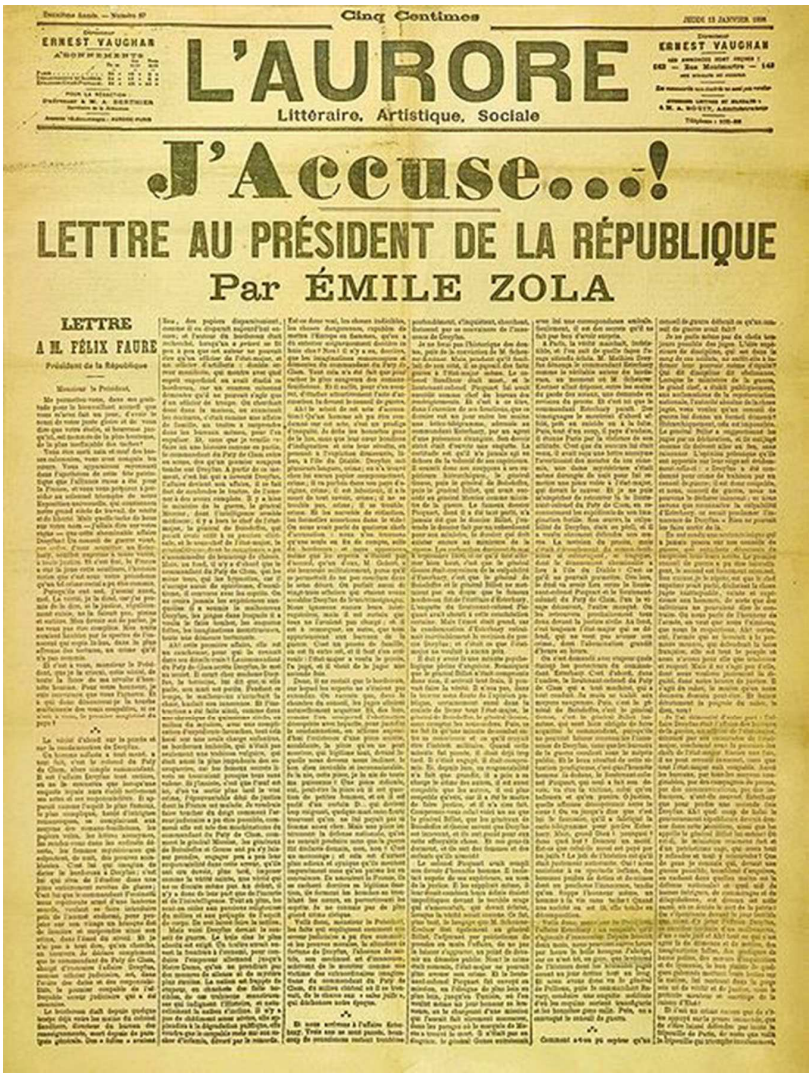
> Esterhazy exigiu julgamento por corte marcial, obteve-o e, em 11 de janeiro de 1898 (...) foi unanimemente absolvido. (...) No dia seguinte, o Coronel Picquart – que havia prestado depoimento contra Esterhazy – foi preso (...). (SHIRER, 1969).

No dia 13 de janeiro, irrompeu em cena uma carta aberta do escritor francês Èmile Zola ao Presidente da República, publicada em *L'Aurore* e intitulada *J'Accuse!* (Eu Acuso!). Zola acusou os generais e especialmente Paty de Clam, de haverem, deliberadamente, incriminado Dreyfus de maneira falsa, e o próprio exército de haver ordenado a absolvição de Esterhazy o verdadeiro traidor.

> Acuso o tenente-coronel Du Paty de Clam de ter sido o obreiro diabólico do êrro judiciário (...) e de ter em seguida defendido sua obra nefasta, durante três anos, pelas maquinações mais absurdas e mais culpáveis; acuso o jornal Mercier de se haver tornado cúmplice (...) de uma das maiores iniquidades do século; acuso o general Billot de Ter tido entre as mãos provas certas da inocência de Dreyfus e de tê-las abafado (...) com um fim político e para salvar o Estado maior comprometido; acuso o general De Boisdeffree e o general Gonse de se terem tornado cúmplices do mesmo crime (...); acuso o general De Pellieux e o comandante Ravary de terem feito um inquérito celerado (...); acuso os três peritos em quirigrafia, drs. Belhomme, Varinard e Couard, de terem feito um relatório mentiroso e fraudulento(...); acuso os funcionários do ministério da guerra de terem sustentado na imprensa (...) uma campanha abominável, para desvairar a opinião pública e encobrir a própria falta; acuso, enfim, o primeiro conselho de guerra de ter violado o direito, condenando um acusado com fundamento em uma peça que se conservou em segredo, e acuso o segundo conselho de guerra ter acobertado essa ilegalidade, para cumprir ordens, cometendo, por sua vez, o crime de absolver conscientemente um culpado. (ZOLA, s/d).

Encerrou a carta desafiando o governo ou o exército a levá-lo aos tribunais por difamação.

O artigo foi publicado na primeira página do jornal *L'Aurore*, e os 300 000 exemplares impressos se esgotaram rapidamente. Diversos intelectuais assinaram uma petição em favor da revisão do processo, publicada ela também pelo *L'Aurore*. Entre eles, Anatole France, Georges Courteline, Octave Mirbeau ou Claude Monet, e as assinaturas tendo sido recolhidas por estudantes ou jovens escritores como Marcel Proust.



Cinq Centimes

ERNEST VAUGHAN

L'AURORE

Littéraire, Artistique, Sociale

J'Accuse...!

LETTRE AU PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE

Par ÉMILE ZOLA

LETTRE
A M. FÉLIX FAURE
Président de la République

3. Carta aberta de Emile Zola ao presidente da república Felix Faure publicada no jornal *L'Aurore* em 13 de janeiro de 1848.

Anatole France, defendeu abertamente Dreyfus e os judeus. Em sua obra *O Anel de Ametista* são descritos os manifestos populares, a perseguição daqueles que discordavam da sentença, os bastidores do jornal *L´Aurore*, etc. Já reconhecia o caso como um "grande erro" e criticava a confiança cega que os franceses tinham em instituições como o exército e o clero. O jornalista judeu Theodor Herzl, que estava em Paris cobrindo o julgamento de Dreyfus para o jornal austro-húngaro *Neue Freie Presse*, ficou impressionado com a onda de antissemitismo na França. Posteriormente, desenvolveu larga tese acerca da necessidade da criação de um lar para os judeus para findar as perseguições do grupo étnico, culminando na publicação do livro *O Estado Judeu*, fundando o Sionismo[2] de caráter político.

[2] Termo adotado ao findar o século XIX etimologicamente originário de Sion, uma das colinas de Jerusalém, pertinente ao movimento nacionalista que objetivava o restabelecimento definitivo de um Estado judaico na Palestina. (Cf. AZEVEDO, 1999).

Sendo assim, o governo e o exército processaram Zola. Seu julgamento durou duas semanas e foi condenado a um ano de prisão e multa de 3000 francos. Para escapar da prisão, Zola exilou-se na Inglaterra onde aguardou cerca de 11 meses pela revisão do processo Dreyfus. Seu retorno só ocorreu quando foi publicado o comunicado da revisão enviando Dreyfus diante do Conselho de Guerra de Rennes, que aconteceu em 3 de junho de 1899. O coronel Picquart havia declarado, no julgamento de Zola, que o principal documento citado pelo Exército contra Dreyfus parecia ter sido forjado. "Três dias depois da condenação de Zola, em 26 de fevereiro de 1898, Picquart foi demitido do exército por conduta não condizente com o que devia ter um oficial". (SHIRER, 1969).

Em 7 de julho de 1898, Godefroy Cavaignac, decidido a por fim à agitação em torno do caso, anunciou que o exército possuía prova irrefutável da culpa de Dreyfus e, pela primeira vez, a tornou pública, lendo aos deputados três documentos que o incriminavam, nos quais os adidos militares alemães e italianos haviam conversado sobre "aquele salafrário D...", e o coronel Panizzardi citara Dreyfus como espião. Cavaignac propôs ao gabinete que os principais defensores de Dreyfus - Scheurer-Kestner, Clemenceau, Zola, Picquart - fossem intimados a comparecer perante o senado, que atuaria como suprema corte, por haverem conspirado contra a segurança do Estado.

Objetivando responder as acusações de Picquart no tocante a falsificação, Covaignac instruiu o capitão Louis Cuignet, que reexaminasse o dossiê do caso Dreyfus. "O jovem oficial logo descobriu que um dos três [documentos] mencionados no discurso como prova irrefutável da culpabilidade de Dreyfus (...) havia sido forjado, muito provavelmente pelo coronel Henry." (SHIRER, 1969).

Henry foi chamado por Cavaignac e confessou na presença do chefe do Estado-Maior e do seu representante, que a carta fora forjada. Foi imediatamente preso e, no dia seguinte, encontrado morto em seu catre. O general Boisdefrée, que havia prestado depoimento no tribunal por ocasião do julgamento de Zola, afirmando que o documento era verdadeiro, "pediu exoneração de seu posto, admitindo que havia sido ludibriado pelo coronel Henry". (SHIRER, 1969).

Em 03 de junho de 1899, quarenta e seis juizes anularam a condenação de Dreyfus e ordenaram a realização de um novo julgamento em Rennes, perante um tribunal militar. O marquês du Paty de Clam foi preso; o coronel Picquart foi posto em liberdade e Zola regressou do exílio na Inglaterra.

Acreditava-se que a corte marcial em Rennes o absolveria. O julgamento

começou em 7 de agosto de 1899 e durou quatro semanas. Por cinco votos contra dois, julgaram Dreyfus culpado de traição, mas com circunstâncias atenuantes: a pena foi reduzida para dez anos de prisão.

Em 19 de setembro de 1899, quase cinco anos após ser condenado pela primeira vez, Dreyfus saiu da prisão como homem livre.

> Sete anos depois, em 12 de julho de 1906, as três câmaras da Alta Corte de Apelação, novamente reunidas, anularam o veredito de Rennes. Opinou que não existia prova alguma contra o condenado e que, na verdade, ele fora condenado "por engano e injustamente", proibindo qualquer novo julgamento. (SHIRER, 1969).

Émile Zola faleceu em 29 de setembro de 1902 em sua casa, em Paris, devido à inalação de uma quantidade letal de monóxido de carbono proveniente de uma lareira defeituosa, conforme documentos oficiais.

4. Reabilitação de Alfred Dreyfus ao exército francês, 1906.

Hannah Arendt afirma que "ainda por volta de 1908, nove anos após o perdão e dois anos depois de ter sido inocentado, quando, a pedido de Clemanceau, o corpo de Èmile Zola foi transferido para o Panteão, Alfred Dreyfus foi atacado na rua" (ARENDT, 1989), ou seja, uma parte da sociedade francesa não acreditou na inocência de Dreyfus.

A autora ainda discorre sobre a repercussão mundial do caso, já que,

> a doutrina da igualdade perante a lei estava ainda tão firmemente implantada na consciência do mundo civilizado que um único erro da justiça era capaz de provocar a indignação pública, de Moscou a Nova York, ninguém, exceto na França, era suficientemente moderno para associar o assunto a questões políticas. (ARENDT, 1989)

Assim, conforme Arendt o caso Dreyfus

> é mais do que um "crime" bizarro e mal resolvido, um caso de oficiais do Estado-Maior disfarçados, com barbas políticas e óculos escuros, espalhando suas estúpidas falsificações à noite, nas ruas de Paris (...) e o caso começa não com a prisão de um oficial judeu do Estado-Maior, mas com o escândalo do Panamá. (ARENDT, 1989).

Com base nas afirmações anteriormente descritas, pode-se concluir que o caso Dreyfus foi um dos maiores escândalos do judiciário francês, ocorrido em fins do século XIX, culminando no julgamento e condenação de um inocente, Alfred Dreyfus, que por ser judeu, pôde ser usado como bode expiatório para encobrir a corrupção do governo francês.

Fontes das Imagens:

1. http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/52/Degradation_alfred_dreyfus.jpg
2. http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/90/Caran-d-ache-dreyfus-supper.jpg/220px-Caran-d-ache-dreyfus-supper.jpg
3. http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b4/J_accuse.jpg/220px-J_accuse.jpg
4. http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/49/DREYFUS_r%C3%A9hab.jpg

Referências:

ARENDT, Hannah. Antissemitismo. In: *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
BEGLEY, Louis. *O caso Dreyfus*: Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
FRANCE, Anatole. *O anel de ametista*. Tradução de João Guilerme Linke. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.
GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas.* Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
PINSKY, Jaime. *Origens do nacionalismo judaico*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.
SHIRER, William L. *A queda da França*: o colapso da Terceira República. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1969. Vol. I.
ZOLA, Èmile. *Acuso!* O caso Dreyfus. Rio de Janeiro: Atlanta, s/d.

Recebido em agosto de 2012
Aprovado em novembro de 2012